

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO  
POPULAR A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CURSO DE  
SERVIÇO SOCIAL DA UEPB NA DÉCADA DE 1980**

**CAMPINA GRANDE/PB  
2012**

**GILMAR ALVES DE ALMEIDA FILHO**

**UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB NA DÉCADA DE 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como pré-requisito para obtenção do título de bacharel Serviço Social.

**Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz**

CAMPINA GRANDE/PB  
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca de Serviço Social "Luiza Erundina" – UEPB

A447a Almeida Filho, Gilmar Alves de.  
Uma análise da relação entre serviço social e educação popular a partir da produção do conhecimento no curso de serviço social da UEPB na década de 1980 [manuscrito] / Gilmar Alves de Almeida Filho. – 2012.  
31 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profª. Dra. Adriana Freire Pereira Férris, Departamento de Serviço Social”.

1. Educação Popular. 2. Participação Social. 3. Serviço Social.  
I. Título.

21. ed. CDD 370.115

GILMAR ALVES DE ALMEIDA FILHO

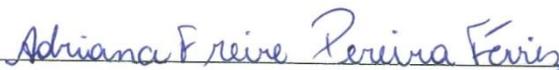
**UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E  
EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA PRODUÇÃO DO  
CONHECIMENTO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB  
NA DÉCADA DE 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Serviço  
Social da Universidade Estadual da  
Paraíba (UEPB) como pré-requisito  
para obtenção do título de bacharel  
Serviço Social.

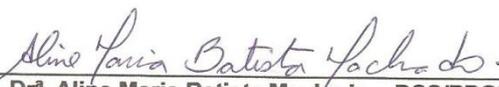
Aprovado em 13 de Julho de 2012

Nota: 8,5

BANCA EXAMINADORA



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adriana Freire Pereira Férriz – DSS/UEPB  
Orientadora



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aline Maria Batista Machado – DSS/PPGE/UFPB  
Examinadora



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Noalda Ramalho – DSS/UEPB  
Examinadora

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
AID	<i>Agency for International Development</i>
ALAETS	Assembleia Geral da Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social
BA	Bahia
COFINS	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EAD	Educação à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PIS	Programa de Integração Social
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>06</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DO ESTADO NOVO.....</b>	<b>09</b>
2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL.....	15
<b>3 A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
3.1 O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	19
<b>4 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NOS TCCS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB NA DÉCADA DE 1980 ..</b>	<b>22</b>
4.1 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO MOTIVADOR PARA A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL	24
4.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA O FORTALECIMENTO DAS INTERVENÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL	26
<b>5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>

## UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB NA DÉCADA DE 1980

Gilmar Alves de Almeida Filho

### Resumo

O artigo traz uma análise da relação entre Serviço Social e educação popular a partir da produção do conhecimento no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na década de 1980, mais especificamente, dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) elaborados nessa década que tiveram como temática principal a educação. Assim, o nosso objetivo central foi verificar a existência da relação entre a prática dos assistentes sociais em formação e a educação popular através dos TCCs produzidos pelos discentes do curso de Serviço da UEPB na década de 1980. A pesquisa realizada foi documental com abordagem quanti-qualitativa. A coleta de dados privilegiou a leitura cuidadosa de 12 (doze) TCCs frutos de trabalhos interventivos desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) de serviço social junto aos campos de estágios supervisionados. Após a coleta dos dados passamos à fase de sistematização e agrupamento das informações e para tanto foi feito o uso da técnica análise de conteúdo que nos possibilitou a definição de eixos temáticos norteadores da nossa análise. Os TCCs analisados apontam que na década de 1980 a educação popular colaborou para a prática do assistente social em formação através da sua metodologia voltada para a conscientização e organização da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação popular. Participação. Conscientização.

### Abstract

The article presents an analysis of the relationship between social work and popular education through the production of knowledge in the course of Social Work at the State University of Paraíba (UEPB) in the 1980s, more specifically, the work Completion of course (CBT) developed this decade that had as main theme of education. Thus, our main objective was to verify the relationship between the practice of social workers in training and popular education through the TCCs produced by students from the Service UEPB in the 1980s. The research was documentary approach with quantitative and qualitative. Data collection favored the careful reading of 12 (twelve) TCCs fruits of work developed by interventional (s) trainee (s) together with the social service fields supervised internships. After collecting the data passed the stage of systematization and collation of information and much was made using the technique of content analysis that allowed us to define the guiding themes of our analysis. The TCCs analyzed show that in the 1980s popular education contributed to the practice of social workers in training through their methodology facing awareness and working-class organization.

**Keywords:** Social Service. Popular education. Participation. Awareness.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação popular é um marco educativo comprometido com a conscientização e libertação da classe trabalhadora que tem como ponto de partida a realidade objetiva dessa classe. É um conjunto de ideias sistematizadas por Paulo Freire que se baseia na escuta, no diálogo e na valorização do saber popular e no respeito à autonomia. Empenhada na mobilização para a luta da classe trabalhadora, a educação popular está ligada geralmente aos movimentos sociais do campo e da cidade.

Na década de 1980, as ideias sistematizadas por Paulo Freire foram muito utilizadas pelos assistentes sociais e estagiários. A educação popular começa a aparecer no Serviço Social no início da década de 1970 a partir do “método BH”<sup>1</sup>, ganhado força na década seguinte quando o Regime Militar chega ao fim no Brasil.

Nesta época, o processo de conscientização da classe trabalhadora estava em evidência no Serviço Social. Processo este, perceptível no trabalho com comunidades, grupos e associações de bairro. Espaços em que a metodologia da educação popular era muito utilizada pelos assistentes sociais. Entretanto, devido ao equívoco teórico e conceitual ocorrido durante o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, quando se entendia que o objeto de atuação do Serviço Social era a ação social da classe trabalhadora e não a “questão social”, a prática de educação popular, bem como a conscientização e organização da classe perdem o fôlego.

A motivação por desenvolver essa pesquisa surge da experiência vivenciada desde 2008 em processos de educação popular que trabalham a construção do Projeto Popular para o Brasil dentro da Rede de Educação Cidadã<sup>2</sup>. A partir desta vivência foi possível perceber a importância da educação popular como possibilidade de fortalecimento da prática profissional dos assistentes sociais no processo de intervenção junto à classe trabalhadora como

---

1 O método BH se constitui como um dos primeiros intentos à ruptura com o tradicionalismo do Serviço Social formulado por docentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG) entre 1972 e 1975 em Belo Horizonte, por esse motivo é conhecido como Método BH.

2 A Rede de Educação Cidadã é uma rede que aglomera vários segmentos de luta da classe trabalhadora de várias bandeiras também articulando ONGs, Movimentos Sociais, Pastorais Sociais, Sindicatos, Associações etc em prol da Educação popular.

apontam os princípios fundamentais do Código de Ética de 1993.

Este trabalho surge a partir dos seguintes questionamentos: de que forma a educação popular aparece como instrumento motivador para a prática do Assistente Social nos TCCs na década de 1980? Quais são as contribuições da educação popular para o fortalecimento da prática dos assistentes sociais?

Nesse sentido, o objetivo principal foi verificar a existência da relação entre a prática dos assistentes sociais em formação e a educação popular através dos TCCs produzidos pelos discentes do curso de Serviço da UEPB na década de 1980 e que tiveram como foco a educação. Além disso, foram definidos alguns objetivos específicos: [1] analisar de que forma a educação popular aparece como instrumento motivador para a prática do Assistente Social nos TCCs na década de 1980; e [2] identificar as contribuições da educação popular para o fortalecimento da prática dos assistentes sociais em formação na UEPB na referida década.

A pesquisa realizada foi documental com abordagem qualitativa, tomando como base teórico-metodológica a teoria crítica dialética, por entendermos que a importância de construção de uma análise para além da descrição da aparência do fenômeno estudado.

A coleta de dados privilegiou a leitura cuidadosa de 12 (doze) TCCs, frutos de trabalhos interventivos desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) de serviço social junto aos campos de estágio supervisionados. A escolha pela década de 1980 foi motivada pelo elevado número de TCCs identificados na Biblioteca Setorial Luiza Erundina, do curso de Serviço Social da UEPB, um total de 727, destes 276 foram elaborados tendo como foco a área de educação. Além disso, o critério de inclusão exclusão dos TCCs analisados foi aqueles TCCs que foram frutos de trabalhos interventivos e que em seus objetivos apontavam uma proximidade com a educação popular.

Após a coleta dos dados passou a fase de sistematização e agrupamento das informações e para tanto foi feito o uso da técnica análise de conteúdo que nos possibilitou a definição de eixos temáticos norteadores da análise.

## 2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DO ESTADO NOVO

Historicamente a política brasileira de educação foi orientada para seguir os preceitos do capitalismo. Desde o Brasil Colônia até os dias atuais, a educação vem sendo tratada para subscrever os ditames do sistema político-econômico vigente.

No início da década de 1930, duas vertentes de pensamento centralizavam a discussão sobre educação no país. Uma era o pensamento da Igreja católica, que defendia a educação privada e elitista a partir da doutrina religiosa. A outra vertente é a do Movimento pela Escola Nova, defendendo a educação pública, gratuita, laica e dever do Estado a partir de um plano nacional de educação.

Com a Constituição de 1934, tentou-se atender estas duas vertentes de pensamento instituindo a educação como direito de todos e dever da família e do Estado para adequação do ensino ao desenvolvimento capitalista e a facultatividade do ensino religioso nas escolas públicas. Para tanto, se asseguravam dez por cento da receita proveniente dos impostos para aplicação e manutenção do sistema educacional. Neste tópico vamos nos deter a explorar, com mais assiduidade, as políticas educacionais adotadas a partir da década de 1960.

Com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, foi estabelecido que “o ensino poderia ser ministrado tanto pelo setor público quanto pelo privado em todos os níveis” (PINTO, 1986, p. 64). Entretanto, no ano seguinte, o então presidente João Goulart anunciou o Plano Nacional de Educação, que, a partir de prescrição da própria LDB, contava com 12% da receita nacional de impostos para serem empregados na educação. Todo o esforço do governo João Goulart de propiciar à educação uma parcela considerável da receita nacional é interrompido pelo Golpe Militar de 1964.

O período ditatorial (período entre 1964 e 1985 em que o Brasil foi governado pelos Militares e se implantou uma política repressiva, em que muitas pessoas foram presas, torturadas e mortas) se caracterizou pelo momento histórico em que uma política educacional peculiar foi instituída, pois

[...] após 1964 [...] o Estado assumiu o seu papel de condutor dos rumos do sistema educacional, vinculado ou intrinsecamente alinhado à política econômica, conferindo à educação o papel de reprodutora contraditória da estrutura de classes, da estrutura de poder, bem como reprodutora da força de trabalho (PINTO, 1986, p. 71).

Inicialmente e, mais precisamente, no Governo de Castelo Branco, a educação tinha um papel político de significativa importância para a manutenção do regime. A primeira medida desse regime foi controlar e dissipar as organizações reivindicatórias com o objetivo de manter a ordem e a disciplina através da educação. Foi no Governo de Castelo Branco, também, que se iniciou o processo de incentivo à iniciativa privada na educação. Este mesmo governo viu na educação um aditivo de desenvolvimento, pois se fazia necessário um sistema educacional que se adequasse ao modelo de desenvolvimento econômico: formação da população para o mercado de trabalho e investimento no setor de pesquisa.

Não foi difícil de perceber que a prioridade era o investimento para desenvolvimento da economia, então quaisquer ações ou políticas, inclusive as que correspondem à educação, deveriam ser pensadas a partir de parâmetros que não viessem a comprometer a economia. É sob esse contexto que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *Agency for International Development* (AID) fizeram acordos em virtude da reorganização do sistema educacional brasileiro. Esses acordos, portanto, determinaram as bases para definirem a reforma e política educacional brasileira.

Com uma taxa de analfabetismo vergonhosamente alta foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que consistia na alfabetização funcional de jovens e adultos da cidade na faixa etária mais importante para o processo produtivo, de 15 a 35 anos. Nesse mesmo período, mais precisamente no início dos anos de 1970, o governo incentivou uma política de expansão do ensino fundamental através do ensino supletivo, no qual se conclui o ensino na metade do tempo.

O ensino superior passou por um amplo processo de modificações através da Reforma Universitária de 1968 adequando a universidade ao modelo econômico. Este processo de adequação ao modelo econômico contou com a diminuição dos investimentos nas universidades públicas, alimentando um

processo de privatização do ensino superior e intensificando a implantação de novas instituições privadas. Porém, o ensino privado tinha um custo alto para o povo, dificultando, ou até mesmo impedindo, o acesso ao ensino superior. Para solucionar, o governo resolve criar o crédito educativo<sup>3</sup>. Oportunizando o acesso ao nível superior e investindo na iniciativa privada. Essa prática não passava de mera transferência de recursos de investimento dos setores públicos da educação para o setor privado. Embora houvesse o incentivo à privatização do ensino, a qualidade do mesmo ficava a desejar, pois não tinha docentes preparados adequadamente. É daí que surgem os programas de pós-graduação, com o intuito de preparar os docentes para o ensino e ao mesmo tempo formar a nova elite intelectual brasileira.

A expansão do ensino superior que vinha acontecendo desde o final da década de 1960 e perpassando a década de 1970 sofre uma minoração em detrimento a um processo de crise política e econômica. Esse processo desencadeia na privatização do ensino e corte de investimentos em educação. O principal marco histórico da década de 1980 foi a construção e promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, por ela garantir direitos e deveres universais aos cidadãos brasileiros. No que se refere à educação, a Constituição de 1988 traz em seu artigo 205 que:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2003, p. 56).

Porém, é indignante a forma como esse artigo constitucional vem sendo desconstruído e desconsiderado em nosso país.

Embora, como vimos, o país tenha promulgado a Constituição de 1988, com um aparato todo democratizante e patamares de direitos e deveres universais e garantidos pela mesma, o neoliberalismo entra com força para colocar abaixo todos os esforços contidos nesta Constituição. A educação tem participação fundamental para a ofensiva neoliberal no início da década de 1990, mais precisamente em 1993 e durante o governo de Itamar Franco, com a criação

---

3 Espécie de financiamento adotado pelo Estado para assegurar o acesso ao ensino privado devido à crescente demanda.

do Plano Decenal de Educação para Todos. De acordo com Souza (2002, p. 116),

O Plano Decenal de Educação para Todos significa a introdução do projeto neoliberal no campo específico da educação por intermédio do governo Itamar Franco, com vistas na redefinição das responsabilidades do financiamento e gestão das políticas educacionais do Estado.

Entretanto, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 – 2002), o Plano Decenal foi “deixado de lado” para que se fossem investidos esforços na formulação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, além da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Ainda nesta década, a política educacional brasileira tem um avanço significativo, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que consiste em possibilitar o acesso de assentados e filhos de assentados da Reforma Agrária.

Entrando no século XXI, temos a alternância de um governo declaradamente neoliberal (FHC) para outro de caráter dito popular, porém, neodesenvolvimentista, adentramos na Era Lula. O governo Lula, no quesito educação, caracterizou-se, basicamente, pelos processos avaliativos de ensino, financiamento direto e indireto e expansão do ensino através da Educação à Distância (EAD).

Sobre os processos avaliativos, eles são resguardados pela LDB em seu artigo 9º, inciso VI onde objetiva

[...] assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996, p. 20).

Alguns exemplos de processos avaliativos na educação brasileira são: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com objetivo de medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais

e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos; o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dispendo a avaliar o desempenho do estudante e também visualizar a qualidade do ensino médio do país; e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

Sobre os financiamentos podemos destacar o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). De acordo com o site do MEC, o ProUni

[...] tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa.

Contudo, o ProUni é nada mais que alienação do investimento público para o setor privado na educação. Consiste em ceder, por parte da União, isenção fiscal a instituições privadas de tributos como a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

O MEC, através da exposição de motivos para o Projeto de Lei, justifica a implantação do Programa Universidade para Todos, como sendo uma forma de criar novas vagas no ensino superior para cotista sem nenhum investimento adicional por parte do governo, pois a renúncia fiscal correspondente a R\$ 50 milhões, seria muito inferior ao montante para gerar o mesmo número de vagas em IES públicas, estimado em R\$ 350 milhões. Em outras palavras, a justificativa é meramente econômica: seria supostamente mais barato criar vagas nas instituições privadas que nas públicas. Uma outra justificativa também presente na exposição de motivos do PL, seria a existência de um grande número de vagas ociosas nas IES privadas, estimada em 37,5%. Uma terceira justificativa seria “separar o joio do trigo” entre as filantrópicas, as quais, para continuarem gozando do título de filantropia e, pois, da isenção da contribuição previdenciária patronal, teriam de atender aos novos requisitos (ALMEIDA, 2006, p. 85).

Como podemos perceber na citação acima, a justificativa do governo é meramente econômica, sem garantia de qualidade de ensino e assegurar a

permanência do estudante até a conclusão do curso. O ProUni não é mais do que uma peça implantada no sistema educacional brasileiro para garantir o financiamento, de forma direta ou indireta, às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Dessa forma o governo fica de bem com os dois lados, com o povo, na massificação do acesso ao ensino superior e com os empresários, na garantia das isenções fiscais.

O FIES segue a mesma lógica do ProUni, também é mera alienação de recursos públicos para o privado. Porém, o FIES é um esquema de financiamento direto, ou seja, o dinheiro dos cofres públicos vai direto para as contas das IES privadas.

Outro modo de educação no momento é a expansão da EAD. A EAD é acionada por estudantes que não conseguem ingressar num curso superior presencial por várias razões e motivos: por morarem distante das IES, sejam privadas ou públicas, por não terem condições financeiras para pagar um curso, por não conseguirem classificação necessária em exames vestibulares e por não terem tempo por trabalharem. A EAD possibilita ao estudante uma formação com autonomia para ele, pois o estudante é quem organiza o seu tempo e pode ter acesso ao ensino em vários pontos do país. Porém, a qualidade de ensino fica a desejar, pois não existe a integração ensino, pesquisa e extensão.

Podemos perceber que durante todo esse período da história brasileira, no que tange a educação, o que aparece como prioritário são as vantagens econômicas e ideológicas. Entretanto, é necessário ressaltar que alguns avanços aconteceram, embora não sejam avanços significativos em termos estruturais. A qualidade do ensino não se encontra em patamares, relativamente, seguros para a formação se estabelecendo como inferior ao acesso à educação, em outras palavras, as políticas de educação estão mais preocupadas em massificar o acesso que com a qualidade.

A óbvia opção em ensinar para estruturar prerrogativas capitalistas nos faz perceber o conjunto de interesses no âmbito de tudo o que se refere à educação:

- ⤴ Privatizar a educação tornando-a mercadoria;
- ⤴ Formar quadros para suprir as necessidades de mão-de-obra para a produção da mais-valia;
- ⤴ Fundamentar a ideologia capitalista de forma a neutralizar a consciência da

sociedade para naturalização dos impactos sociais por ela causadas.

De acordo com Mészáros (2005, p. 20)

O papel da educação é de importância vital desde o início para quebrar a interiorização prevalecente das escolhas políticas confinadas à "legitimação constitucional democrática" do Estado capitalista nos seus próprios interesses.

Isso significa dizer que a educação tem um papel muito importante para o capital, uma ferramenta ideológica eficaz capaz de naturalizar seus interesses sobre as camadas populares. Porém, o que Mészáros defende é que

O papel da educação é supremo tanto para a elaboração de estratégias apropriadas, adequadas a mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto-mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2005, p. 22).

Neste sentido, observamos que a educação é de tal importância para o processo de transformação da sociedade em sua íntima relação com a mudança da consciência paradigmática da pedagogia hegemônica do capitalismo. Ou seja, não podemos dissociar a educação do processo de transformação social. Ter como parâmetros a relação Capital x Trabalho numa pedagogia que leve em conta a liberdade, bem como a capacidade de exprimir pensamentos, ideias e sentimentos é exprimir o processo de libertação da classe trabalhadora, além de refutar e combater a ideologia imposta hegemonicamente pelo capitalismo.

## 2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Sabendo que a educação brasileira sempre esteve imperiosamente ligada às necessidades econômicas das elites e que representou e representa profunda massificação ideológica da hegemonia, atemos aqui em discutir uma proposta antagônica ao sistema educacional adotado no Brasil até os dias de hoje. Referimo-nos à Educação Popular como essa proposta.

Por várias décadas ouvimos dizer que educação é a chave para a transformação, porém esse discurso pode se constituir como instrumento de conformidade social. Não se pode discutir a educação num contexto alienado da

realidade, uma educação que não emancipe os sujeitos à cidadania. A educação por si só jamais será capaz de transformar, ela deverá ser agente de transformação a partir da construção de cidadania com a participação popular. Como diz Paulo Freire (apud PONTUAL, 1998, p. 5), “a educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania”.

A Educação Popular leva uma discussão de uma prática educativa, ou seja, vai além do sistema escolar e ultrapassa os limites do ensino dual<sup>4</sup> numa construção do conhecimento através da exploração, problematização e questionamento da realidade do educando. Para Freire (2001), a educação popular

[...] jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais (FREIRE, 2001, p. 49).

A prática da educação popular nos remete a estabelecer parâmetros de igualdade entre os sujeitos envolvidos no processo educativo. Todos são detentores de saberes, “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39).

Nessa perspectiva de participação é que a Educação Popular se diferencia da educação formal. Pois, quando se fala em participação levantamos o entendimento de que há uma preocupação com todo o processo educativo para a razão entre os sujeitos envolvidos de sua inserção no mundo e com o mundo. Ora,

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor (FREIRE, 1967, p. 43).

Sendo assim, o processo educativo de cunho popular vem, então, se constituir como processo construtivo de uma formação ideológica capaz de

---

4 Diz-se do tipo de aprendizagem onde alguém transfere conhecimento a outro sem reconhecer o outro como agente de conhecimento.

explorar o saber popular mirando a libertação dos sujeitos, partindo sempre de sua realidade. Ele não diferencia educadores e educandos. Diferente da outra concepção de educação, a que Paulo Freire chama de “educação bancária”,

[...] que anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação (FREIRE, 1987, p. 34).

Neste caso, a prática educativa não deve se limitar à leitura da palavra, à mera exposição de conteúdo, mas possibilitar dentro do processo educativo, a leitura do mundo. Isso implica dizer que a prática deve levar os sujeitos envolvidos no processo a desnudarem sua realidade, não mais se conformar com o que lhe é imposto pela ideologia hegemônica. Segundo Freire (1967, p. 93)

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação.

É na criticidade, na politização da educação através de uma intencionalidade política que está a face da Educação Popular, na negação de uma neutralidade política no processo educativo. A Educação Popular tem sim uma intencionalidade política, a de levar o povo à libertação, a se reconhecer quanto classe oprimida, mas com pretensão ao estado de sujeito livre.

Estamos aqui falando de transformação da consciência, da superação de um limite explicativo relativo à sua realidade para o desnudamento da mesma. Falamos de uma educação em que os sujeitos se sintam parte do mundo como construtores dele e “fazedores” de sua história e não meros coadjuvantes.

### **3 A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO**

Partindo da afirmação de que o Serviço Social designa-se como uma prática interventiva na elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais relacionadas ao bem estar da população e a conseqüente integração

cidadã, a fim de que atue (a população) conscientemente em sociedade, é de extrema importância entendermos o papel do profissional de Serviço Social no que tange à educação.

O cotidiano escolar vem enfrentando diversos problemas, questões de origens complexas que dificilmente conseguiriam ser sanadas apenas pela participação do educador. A violência, as drogas, as dificuldades familiares são apenas alguns dos fatores que afetam a aprendizagem das crianças e adolescentes no âmbito escolar, levando na maioria das vezes ao alto índice de evasão escolar. Assim, foi se constatando a necessidade da presença de outros profissionais para que junto aos mestres e pais, atuassem de maneira constante e diretamente nas problemáticas socioeducacionais, dentre eles o Assistente Social.

No âmbito educacional, é possível observar o papel do Assistente Social na política de educação, trazendo a possibilidade de contribuir no processo de crescimento cultural da criança e do adolescente,

[...] contribuindo com sua prática no processo de inclusão social, de consolidação e ampliação dos direitos sociais, de formação de cidadãos e como articulador de propostas veiculadoras de informações. (RAMOS, 2010, p. 6)

Uma vez que a escola caracteriza-se como o espaço de construção do conhecimento, a assistência familiar também é fundamental no processo socioeducativo mesmo que a família possua, originalmente, a função de prover a proteção e a socialização de seus membros.

Hoje, parece que a tarefa de educar é responsabilidade única e exclusiva de professores e diretores que, mediam sozinhos entre os problemas pessoais e as dificuldades escolares de crianças e adolescentes e não dispõem de técnicas e instrumentos, na maioria das vezes, e não conseguem sanar o leque e problemáticas que se apresenta nas escolas. Dessa forma, resgatar a participação da família na escola é uma das grandes preocupações do Serviço Social, pois o apoio familiar é crucial para o desenvolvimento do aluno, porém a presença de pais no ambiente escolar é cada vez mais rara.

Fica claro que o simples discurso a respeito do papel político que deve ser desempenhado pela escola não basta para o melhoramento do quadro crítico da

educação no país. A educação precisa ir além, precisa respeitar as vivências e limitações individuais é uma forma de trazer a família e integrá-la ao ambiente de conhecimento e aprendizagem. Uma vez estabelecida a parceria entre escola e família, o Serviço Social poderá contribuir com ações ou projetos que possam convergir para uma reflexão acerca das múltiplas expressões da questão social no âmbito educacional. Assim, o Serviço Social e a escola podem ser aliados no enfrentamento às expressões da questão social.

O campo educacional é, atualmente, para o serviço social uma ampla área de atuação, pois seu trabalho tem efeito não apenas sobre o âmbito escolar, mas também na convivência familiar de cada criança ou adolescente, sua abordagem político-educativa dialoga diretamente com a consciência humana e é exatamente o diálogo uma das principais necessidades no que se refere às deficiências na relação entre família e escola.

A inserção de profissionais do Serviço Social na educação pode contribuir para a diminuição de aspectos referentes ao isolamento escolar. Dentre os benefícios que esta parceria possibilita, *a priori*, destacam-se significativas melhorias em relação às necessidades da criança ou do adolescente dentro do estabelecimento de ensino.

É nesse sentido, que Almeida (2007) vem apresentar a necessidade de entender a educação a partir de um conceito ampliado, ou seja, educação não se restringe ao espaço escolar. Em vista disso, percebe-se a dimensão da prática educativa, quando

A educação que se quer emancipadora não se restringe à educação escolarizada, organizada sob a forma de política pública, mas não se constrói a despeito dela, visto que sob as condições de vida da sociedade capitalista é ela que encerra a dimensão pública que mediatiza, de forma institucional e contraditória, o direito ao acesso aos bens e equipamentos culturais de nosso tempo. (ALMEIDA, 2007, p. 4)

A tarefa de educar é de responsabilidade inicialmente da família, dos pais ou responsáveis que têm por obrigação fornecer os princípios básicos de cidadania, de formação e de convívio social aos seus filhos. Quando há a ausência de tais fatores, o reflexo observa-se na porta de entrada para a vida em coletividade, ou seja, na escola. Por isso, os educadores e Assistentes Sociais podem auxiliar em todo esse processo construtivo, promovendo a inserção social dos educandos.

### 3.1 O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR

O debate sobre Educação Popular e Serviço Social não é novo, nem mesmo retrógrado. Nos anos de 1970 já se manifestavam discussões acerca da Educação Popular dentro do Serviço Social, principalmente nas discussões do processo de ruptura com o tradicionalismo do Serviço Social (o método BH), mas essa relação só ganha força na década de 1980, quando cai a ditadura militar no país. Falar de Educação Popular e Serviço Social nos tempos de hoje não é retroagir no processo de reconceituação do Serviço Social, mas sim reassumir o trabalho de base, mobilização e organização da classe trabalhadora.

Não é novidade para os Assistentes Sociais a afirmação de que o Serviço Social tem compromisso estreito com a classe trabalhadora. Pois o próprio Código de Ética vigente traz, em seu conjunto, o compromisso com a classe subalternizada. Tal compromisso se apresenta em um dos princípios da referido código: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993, p. 3).

Logo, é exatamente em meio a essa classe que os profissionais atuam diariamente em seu espaço ou campo de trabalho, no enfrentamento às várias expressões da questão social.

De acordo com o Código de Ética vigente, os assistentes sociais têm o papel de propor espaços de discussões e decisões aos usuários onde, no processo interventivo, o respeito à autonomia dos usuários seja garantido pelos profissionais para a ampliação e a consolidação da cidadania. Entretanto, os assistentes sociais

Normalmente perdem a oportunidade de estimular a organização e mobilização popular, seja por falta de tempo, iniciativa ou mesmo desconhecimento, ou seja, em geral detectam essa necessidade mas não sabem por onde começar, outros detectam e até intervêm, no entanto terminam adotando práticas antidemocráticas. Isto é, sem consulta ou diálogo com a população, embarcam em projetos verticalizados, impostos pelas instituições ou empresas em que trabalham, acreditando que estão contribuindo com a organização daquelas comunidades, mas na verdade o estímulo à mobilização popular passa longe. (MACHADO, 2012, p. 11)

Vale ressaltar, que no âmbito do serviço social, tanto na formação acadêmica quanto na produção de conhecimento a Educação Popular é pouco discutida. O assistente social tem em seu cotidiano o trabalho com comunidades carentes, suas atividades, profissional e intelectual, são direcionadas ao âmago das realidades dessas comunidades, à compreensão das causas e intervenção nessa realidade fundamentada na teoria marxista e orientada pelo projeto ético-político respectivamente. Contudo, a intervenção profissional, muitas das vezes, nos espaços coletivos, é limitada.

Para tanto, são esses os espaços favoráveis à Educação Popular, pois são os espaços coletivos que possibilitam e viabilizam sua utilização por parte dos Assistentes Sociais. Espaços como conselhos escolares, de saúde, Orçamentos Participativos entre outros, são espaços políticos decisórios onde os assistentes sociais estão presentes e, muitas das vezes, perdem a oportunidade de conscientização da classe, por não estarem munidos de instrumentos interventivos específicos para estes espaços.

É, exatamente, nesses espaços coletivos que a metodologia da Educação Popular pode colaborar com a prática desses profissionais. Dessa forma,

É muito importante ocupar esses espaços coletivos, especialmente a partir da conjuntura neoliberal, quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob sua direção, tendo no voluntariado um especial protagonista. (IAMAMOTO apud MACHADO, 2012, p. 154)

Entretanto, a Educação Popular não está muito presente nos debates em sala de aula, encontros de estudantes ou profissionais, nem mesmo na produção científica e pesquisa no Serviço Social. Isso significa dizer que a capacidade de e a qualidade da intervenção nos espaços coletivos e no trabalho com comunidades e grupos ficam comprometidos.

#### **4 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NOS TCCS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB NA DÉCADA DE 1980**

O levantamento<sup>5</sup> realizado junto ao acervo da Biblioteca Setorial Luiza Erundina do curso de Serviço Social da UEPB identificou um total de 1.618 (mil seiscentos e dezoito) TCCs produzidos ao longo dos seus 55 anos de existência, destes 341 (trezentos e quarenta e um) foram elaborados com base em pesquisa e 1.277 (mil duzentos e setenta e sete) em intervenção, revelando uma predominância desta última na maior parte das décadas. Contudo, a década de 2000 inaugurou a inversão para a maioria de pesquisa, especificamente, a partir do ano de 2003.

Na década de 1980 foi catalogado um total de 727 (setecentos e vinte e sete) TCCs desse número 276 (duzentos e setenta e seis) foram elaborados tendo como foco a área de educação, 215 (duzentos e quinze) na área de organização de comunidade, 146 (cento e quarenta e seis) na área de assistência e 35 (trinta e cinco) na área de Serviço Social de empresa.

Como podemos ver as áreas de educação e organização de comunidade, foram as que mais tiveram trabalhos elaborados na referida década e são as que mais se aproximam à Educação Popular. Porém, não podemos dizer que nas outras áreas não existem trabalhos ou projetos que se utilizem de elementos da educação popular.

Assim sendo, é inegável a proximidade do Serviço Social com a educação popular na década de 1980, quer nas produções teóricas quer na prática profissional propriamente dita. Tal proximidade se dá com a apropriação, pelo Serviço Social, das ideias de Paulo Freire. No entanto, são as ideias formuladas por Natálio Kisnerman, muito semelhantes as ideias de Paulo Freire, que imperam nos TCCs analisados.

A coleta de dados privilegiou 12 (doze) TCCs elaborados na década de 1980 que problematizam de forma explícita ou implícita a relação do Serviço Social com a Educação popular. Apesar dos TCCs escolhidos trazerem elementos

---

<sup>5</sup> O levantamento teve por objetivo catalogar a produção do conhecimento em Serviço Social na UEPB, da década de 1960 até 2010 e foi realizado nos anos de 2006, 2007 e 2011.

que os identificam com as práticas características da educação popular, apenas um TCC apresenta, em seu título, claramente a relação entre o Serviço Social e a educação popular como podemos conferir no quadro a seguir.

Quadro 1 – TCCs analisados

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(a)</b>
1980	Educação popular como fator importante na atuação do Serviço Social	Maria Goretti Teixeira
1981	A importância da participação para o processo grupal	Mariza Matias de Almeida
1981	Educação popular e Serviço Social no SESC	Edjane Pereira Santos
1982	A importância da participação no processo de tomada de decisão	Jane de Medeiros Souto
1982	A participação como processo de conscientização do clube de mães Nossa Senhora da Conceição	Maria Rosália Silva
1983	Aspectos da participação na associação de pais e mestres no grupo escolar professor Anísio Teixeira	Lúcia Noronha Bezerra
1983	Atuação do Serviço Social na SAB do bairro Castelo Branco	Magna Vanderleide Fontes de Souza
1984	O Serviço Social no atual contexto educacional	Maria das Dôres Farias de Alencar
1986	Uma experiência teórico-prática junto aos comunitários do bairro de Santa Rosa	Izabel Vilar
1988	Tentativa de intervenção do Serviço Social a nível grupal no clube de mães Maria da Luz no bairro da Palmeira	Albertina Custódio dos Santos
1989	Aspectos sociais das práticas pedagógicas	Antônia Rocha Alencar
1989	Ação comunitária, um ato pedagógico	Ana Maria Muniz de Amorim

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012.

Para facilitar a análise, os dados foram definidos em dois eixos temáticos: a educação popular como instrumento motivador para a prática do assistente social e as contribuições da educação popular para o fortalecimento das intervenções do assistente social.

#### 4.1 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO MOTIVADOR PARA A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

A leitura cuidadosa dos TCCs nos possibilitou perceber que a educação popular esteve muito presente, na década de 1980, nos projetos de intervenção dos(as) alunos(as) desenvolvidos nos campos de estágio, sobretudo no trabalho com grupos e comunidades.

Dessa forma, os estagiários de serviço social, ao fazerem uso da educação popular em suas práticas, atuavam em duas perspectivas: a) organização, conscientização e participação popular e b) Educação do sistema x Educação de Classe.

No que se confere à primeira perspectiva, percebe-se que há uma grande preocupação no processo de mobilização popular para qualificar a participação dos populares nos diversos espaços decisórios, bem como com sua própria organização, como podemos perceber nos TCCs abaixo:

***“Proporcionar melhores condições de organização e participação do grupo em diversos níveis para lutarem pela solução dos problemas reais da própria comunidade”.***  
(negritos nossos) (TCC 1)

***“Refletir com a população sobre sua realidade, apoiando suas formas de organização e reivindicação de seus direitos, informando-os quanto aos recursos disponíveis”.***  
(negritos nossos) (TCC 2)

Os TCCs acima se referem a alguns objetivos de projetos de intervenção desenvolvidos na década de 1980 e que serviram de base para a elaboração de TCCs. Os objetivos de um projeto de certa forma revelam o teor do trabalho realizado, e no caso dos descritos nos TCCs 1 e 2 há uma proximidade explícita com os elementos da educação popular, pois, direcionam “ideologicamente as camadas populares a se reconhecer como sujeitos histórico-sociais, contribuindo, assim, com a organização política da classe subalterna” (MACHADO, 2012, p. 26).

Vale ressaltar que o processo de mobilização para organização, participação e lutas populares é de extrema importância para a emancipação da classe trabalhadora para que ela se reconheça como sujeita de sua própria história. Essa prerrogativa aparece no TCC analisado, como exposto a seguir.

*“Motivar, mobilizar e conscientizar os jovens comunitários e os membros do grupo, para que eles participem integralmente da vida comunitária”. (TCC 3)*

Como vemos no TCC 3, a mobilização para participação do grupo na comunidade a partir de um processo de conscientização é evidente. A utilização da educação popular, portanto, se evidencia paralelamente, pois no processo de conscientização e organização popular.

Os TCCs do curso de serviço social da UEPB na década 1980, ao apresentarem o processo de organização de comunidade e de grupos com destaque, revelam que há uma valorização da educação popular na compreensão de que ela possibilita uma ação interventiva do assistente social.

Sobre a relação contraditória Educação do Sistema x Educação de Classe ressaltamos a preocupação em contribuir com o processo de conscientização da população acerca da intencionalidade política do sistema educacional adotado no país sob o controle da classe dominante. Vejamos os TCCs a seguir:

*“Orientar e esclarecer os comunitários campinenses sobre as diversas práticas socio-pedagógicas existentes no contexto social em que estão inseridos, utilizando a **educação popular como estratégia com a finalidade de transformar a educação do sistema numa educação de classe**”. (negritos nossos) (TCC 4)*

*“Informar e **esclarecer** os comunitários locais **com relação à ideologia dominante que orienta e controla as diversas práticas pedagógicas** desenvolvidas no contexto social em que estão inseridos”. (negritos nossos) (TCC 5)*

O TCC 4 traz explicitamente a relação entre o serviço social e a educação popular ao afirmar a utilização da educação popular como estratégia e finalidade de transformar a educação do sistema em uma educação de classe. Esse posicionamento é bastante crítico para a época em que foram escritos os TCCs, pois, revela uma adesão ao processo revolucionário de sociedade, ou seja, um projeto para além do grande capital que “aliena” as pessoas em suas teias ideológicas e tenta através dos processos educativos precarizados mantê-las longe da proposta emancipatória presente num conceito ampliado de educação.

Dessa forma, há uma diferença gigantesca entre o sistema educacional

difundido historicamente no Brasil, voltado para a economia e manutenção ideológica do sistema político e econômico, e a proposta de uma educação emancipatória, capaz de construir diálogos para compreensão da realidade, como explica Freire (1987, p. 40)

Assim é que, enquanto a prática bancária, [...], implica numa espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade. A primeira pretende manter a imersão; a segunda, pelo contrário, busca a emergência das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade.

A existência de dois conceitos de educação, um que anestesia os educandos e outro que desvela a sua realidade, perpassa toda a história da educação no nosso país. No entanto, com as propostas educacionais defendidas por Paulo Freire, vislumbra-se a possibilidade de ultrapassar a educação bancária e se atingir uma educação contextualizada e que possa romper com o quadro de dominação da classe trabalhadora, ou seja, uma educação que possa promover uma revolução através da disseminação do conhecimento para a classe trabalhadora e que essa não seja usada apenas como mão de obra barata e desqualificada.

#### 4.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA O FORTALECIMENTO DAS INTERVENÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL

De acordo com os TCCs analisados, a principal contribuição da educação popular para a prática do assistente social é a metodologia da educação popular inspirada na teoria freireana. Uma vez que as ideias formuladas por Freire constituem-se em práticas dialógicas, partindo sempre da realidade concreta e tendo como princípios a democracia, a autonomia e o saber popular. Podemos perceber tal contribuição nos TCCs 6 e 7.

*“Para executarmos este projeto sobre educação popular passamos por fases: **estudamos o universo vocabular dos grupos** através de contatos informais, dentre essas palavras escolheu-se os **temas geradores de situações problemas**, em seguida, partimos para a realização de*

*debates sobre esses temas: educação familiar, desenvolvimento, analfabetismo, democracia, liberdade, coletividade, organização, participação, fome, condições de abastecimento d'água". (negritos nossos) (TCC 6)*

*"A temática geradora é o trabalho dentro do campo, ou seja, a observação da estagiária sobre a vida social da comunidade, onde serão colhidos os problemas dos comunitários, a **percepção da população com relação à sua própria situação e as suas possibilidades de mudança**". (negritos nossos) (TCC 7)*

Nesse sentido, a proposta freiriana de trabalhar com temas geradores<sup>6</sup> a partir da realidade do próprio sujeito aparece como elemento fundamental no processo de intervenção do assistente social nos campos de estágio. Vale destacar que os temas enfocados nos projetos desenvolvidos pelos estagiários de Serviço Social são relevantes e que poderiam suscitar boas discussões com a população usuária do serviço social.

Outro fator importante para destacar é a intervenção nos espaços coletivos, uma vez que a educação popular se faz na coletividade. Com isso, as reuniões comunitárias ou de grupos, bem como as assembléias de associações ou sindicatos, são espaços dinâmicos e propensos à intervenção do assistente social utilizando a educação popular como estratégia interventiva.

Observou-se na totalidade dos TCCs analisados, que em seus projetos de intervenção, a técnica da reunião era a mais utilizada na maioria deles. Vejamos no TCC 8.

*"Entre as técnicas, a mais utilizada foi a reunião, que teve como objetivo principal a **discussão dos problemas existentes no bairro e a maneira mais viável de resolvê-los**". (negritos nossos) (TCC 8)*

Como vimos, as reuniões têm caráter pedagógico e objetivo, como o desvelamento da realidade. Assim, Freire (1987, p. 65) diz que

*Conscientização, é óbvio, que não pára, historicamente, no reconhecimento puro, de caráter subjetivo, da situação, mas, pelo contrário, que prepara os homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização.*

---

<sup>6</sup> Os temas geradores são temas oriundos das realidades da classe trabalhadora, se fazendo como o ponto de partida de uma ação em educação popular.

O autor que dizer que o processo pedagógico de conscientização não se encerra no plano do desvelamento do mundo, na compreensão da realidade, mas se completa com a prática de transformação da realidade. Reforçando,

A metodologia da educação popular é fundamental, pois ao mesmo tempo em que busca desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternas, luta pelo protagonismo dos sujeitos sociais. O que significa que esse tipo de educação, enquanto práxis educativa, visa estimular a práxis social. (MACHADO, 2012, p. 25)

A educação popular surge como estratégia de resistência às formas alienadoras de educação oferecidas pelo Estado brasileiro. Assim, apesar da relação entre o Serviço Social e a educação popular ter sido estabelecida na década de 1970, vai ser na década seguinte que esta relação vai ser fortalecida e visibilizada nos eventos da categoria. Um exemplo disso foi a realização do Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, o qual ocorreu na cidade de Salvador (BA), a fim de preparar a delegação brasileira para a Assembleia Geral da Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS) promovido em junho de 1986, pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), atualmente conhecida como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) e outras entidades (MACHADO, 2012).

Atualmente, segundo Machado (2012), apesar de o debate acerca da educação popular ser incipiente na formação profissional do assistente social, as práticas motivadas por este tipo de educação continuam presentes em seu campo de atuação, ocupando espaços coletivos em segmentos organizados da sociedade civil.

## **5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS**

A história da educação no Brasil é marcada por uma intensa mobilização elitista em torno do progresso econômico, tanto para subsidiar esse progresso através da formação de mão de obra, como na manutenção da ideologia política para obediência e aceitação da realidade. Esta primazia econômica afetou a educação de forma a retardar um processo antagônico ao que vinha sendo

desenvolvido no país. Ou seja, um processo de valorização da qualidade do ensino e de garantia de acesso por parte da população menos favorecida. Embora tenha acontecido uma tentativa de mudança de paradigma na educação, com Paulo Freire e os Movimentos de Cultura Popular, pouco se avançou, pois a instauração da Ditadura Militar sucumbiu esta iniciativa.

A educação popular aparece não só como um feixe metodológico, mas, sobretudo, como uma ferramenta relevante para a conscientização da classe trabalhadora. Uma vez que o próprio sistema capitalista opressor se utiliza da educação para fomentar, ideologicamente, sua efetividade no mundo. A educação popular se faz necessária para a mobilização social através do processo educativo de conscientização. Deste modo, a educação popular se compromete com a libertação dos oprimidos, dos subalternizados, da classe trabalhadora.

Nessa conjuntura, a inserção do Serviço Social na educação se torna a cada dia um desafio para a profissão. Uma vez que a participação da comunidade na vida escolar está, a cada dia, mais esporádica ou até mesmo ausente. Portanto, é necessário que a escola saia de dentro de seus muros e embarque num processo de dinamização da relação escola e comunidade. Neste sentido, o assistente social tem papel fundamental na percepção das demandas da comunidade e na leitura da realidade da escola associando as problemáticas locais à conjuntura nacional e mundial.

Para isso, a educação popular nos aponta como uma excelente estratégia de intervenção, pois colabora para a consolidação da participação da comunidade na vida social da mesma, onde se inclui a escola. Porém, a educação popular não está muito presente na prática dos assistentes sociais, nem mesmo nos trabalhos acadêmicos de estudantes e intelectuais da área.

Na década de 1980 a educação popular se fez instrumento motivador da prática do assistente social, potencializando a intervenção para a mobilização e organização da classe trabalhadora fundamentando a participação popular na vida social da comunidade e conscientizando-a para a superação dos problemas e seu reconhecimento como classe trabalhadora e sujeito de sua própria história. Abrindo assim, as portas para o debate sobre o tipo de educação que estão tendo e sua inserção neste universo pedagógico alienador.

Em vista disso, situar a educação popular como um importante passo para

o processo de organização e conscientização da classe trabalhadora, é também, assumir o compromisso com esta classe, tendo em vista que tanto a educação popular quanto o serviço social tem a liberdade como valor central na busca da autonomia, emancipação e expansão plena dos sujeitos sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação. In: ENCONTRO DE ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2007.
- ALMEIDA, S. C. **O avanço da privatização na educação no Brasil: o ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 2006.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional dos(as) assistente social e lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 3ª ed. Brasília: CFESS, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Política e educação.** 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.
- MACHADO, A. M. B. Serviço Social e educação popular: Diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 109, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Editorial Boitempo, 2005.
- PINTO, R. M. F. **Política Educacional e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1986.

PONTUAL, P. A contribuição de Paulo Freire no debate sobre a refundamentação da educação popular. **Revista de Educação AEC**, ano 27, n. 106, Brasília/DF, jan/mar. 1998.

RAMOS, A. **As condições de trabalho do assistente social no âmbito educacional do município de Campina Grande/PB**. (Monografia de conclusão do curso de Serviço Social da UEPB). Campina Grande: UEPB, 2010.

SOUZA, J. S. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, SP: Autores associados, 2002. (Coleção educação contemporânea).